CHINA IMPÕE RESTRIÇÕES A 10 EMPRESAS DOS EUA E AMPLIA TENSÃO COMERCIAL ENTRE AS DUAS MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO PÁG. 4

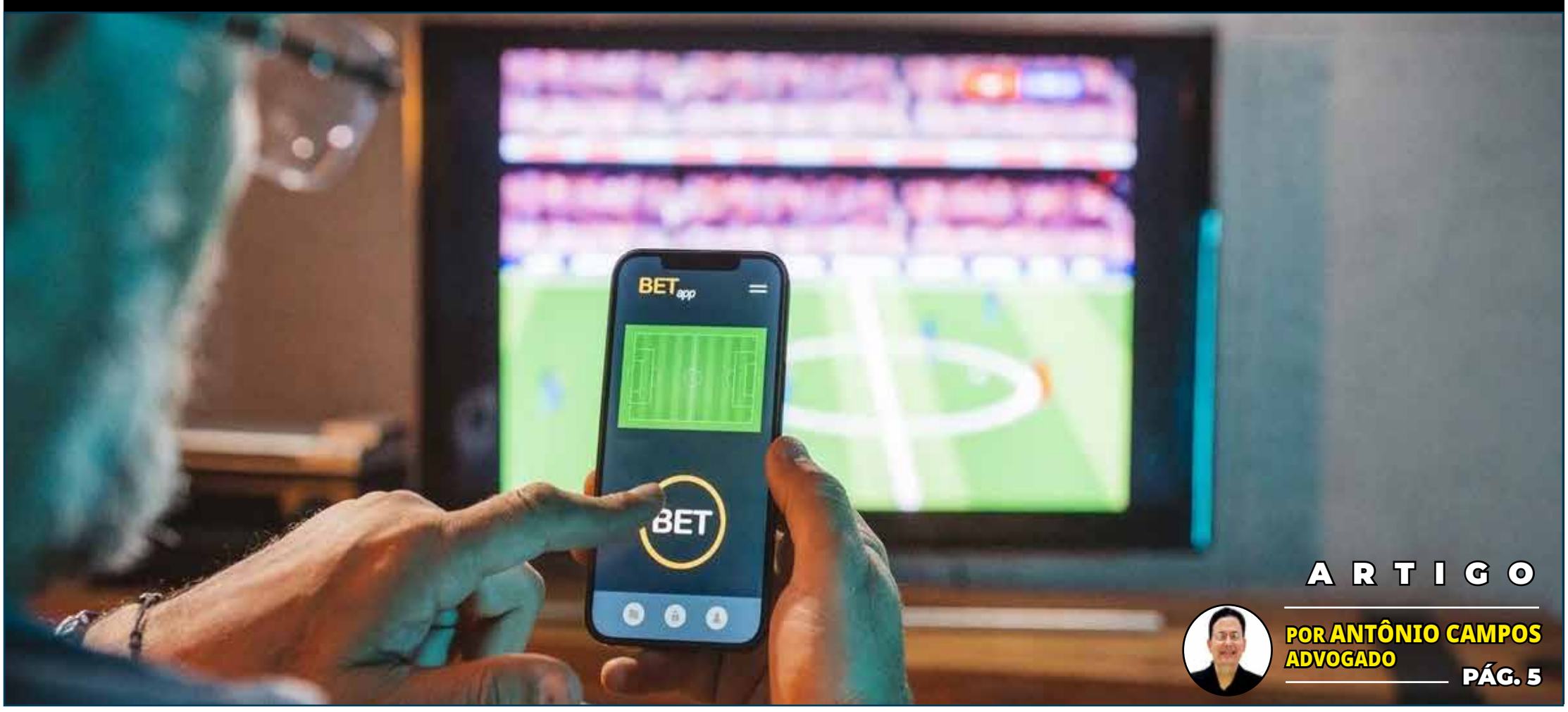
CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:25 • Sábado, 27 de Junho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO

O PERIGO DOS JOGOS ABUSIVOS NO BRASIL



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO
PÁG. 5



Reprovação no ensino médio cai 62% entre 2022 e 2025, aponta MEC PÁG. 3

Pernambucanos passam a integrar grupo de votantes do Oscar e reforçam presença do Estado no cinema mundial PÁG. 2



Vítimas de motocicletas seguem sobrecarregando o Samu no Recife; crescimento de Uber e 99 Moto preocupa especialistas PÁG. 2

Pré-candidatos que apresentam programas de rádio e TV devem deixar funções até 30 de junho PÁG. 3



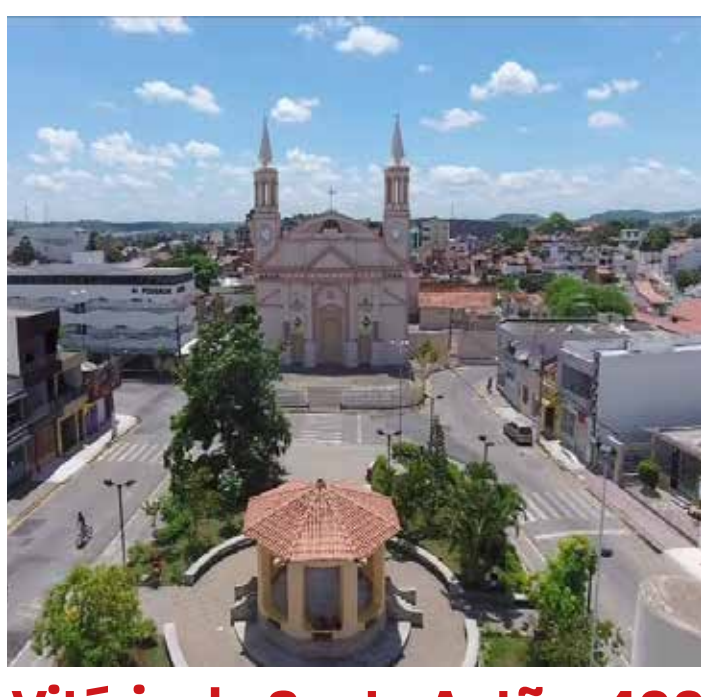
João Campos sai da Prefeitura, mas deixa a conta para o Recife: Victor Marques mantém legado de gastos milionários com eventos PÁG. 3



O BRB É O PRÓXIMO? PÁG. 4



Coren interdita atuação de enfermeiros em duas unidades de saúde e expõe crise na gestão de Mirella Almeida em Olinda PÁG. 4



Vitória de Santo Antão, 400 anos: história, literatura, tradição e futuro PÁG. 5

Vítimas de motocicletas seguem sobrecarregando o Samu no Recife; crescimento de Uber e 99 Moto preocupa especialistas

O número de atendimentos a vítimas de acidentes envolvendo motocicletas continua crescendo na Região Metropolitana do Recife e já provoca forte pressão sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Especialistas em mobilidade e profissionais da saúde atribuem parte desse avanço à expansão dos serviços de transporte de passageiros por aplicativos, como Uber Moto e 99 Moto, que ampliaram significativamente a circulação de motocicletas nas ruas desde 2022.

Dados do Samu mostram que os acidentes com motocicletas representam a grande maioria das ocorrências de trânsito atendidas pelo serviço. O cenário preocupa porque envolve não apenas os condutores, mas também passageiros transportados pelos aplicativos, que estão cada vez mais presentes nas estatísticas

DIVULGAÇÃO



de vítimas. Em muitos casos, os acidentes resultam em fraturas graves, traumatismos e longos períodos de internação, aumentando a pressão sobre hospitais públicos e serviços de emergência.

O crescimento da demanda tem reflexos diretos na capacidade de resposta do Samu. Ambulâncias que poderiam atender outras ocorrências acabam mobilizadas para atender colisões e quedas de motociclistas, impactando toda a rede de urgência e emergência. Além do atendimento pré-hospitalar, as vítimas frequentemente necessitam de cirurgias ortopédicas, leitos hospitalares e reabilitação prolongada.

Especialistas afirmam que o aumento da frota de motocicletas, impulsionado pelos serviços de transporte por aplicativo e pelas entregas, ampliou a exposição aos riscos no trânsito. A vulnerabilidade do veículo, associada ao intenso fluxo urbano, à imprudência de alguns condutores e ao cumprimento de corridas em curto espaço de tempo, contribui para o aumento dos acidentes.

Outro fator que preocupa é a ausência de uma regulamentação específica para o transporte remunerado de passageiros por motocicletas em diversas cidades brasileiras. Enquanto as plataformas defendem a legalidade do serviço, especialistas em segurança viária e representantes do Ministério Público têm cobrado regras mais rígidas para reduzir os riscos aos usuários e aos próprios motociclistas.

Além dos impactos na saúde pública, o aumento dos acidentes gera elevados custos para o Sistema Único de Saúde (SUS), Previdência Social e sistema de reabilitação. As vítimas, em sua maioria jovens em idade produtiva, muitas vezes ficam afastadas do trabalho por meses ou sofrem sequelas permanentes, aumentando o impacto social e econômico.

Diante desse cenário, especialistas defendem investimentos em educação para o trânsito, fiscalização, melhoria da infraestrutura viária e regulamentação do transporte de passageiros por motocicletas. O objetivo é reduzir o número de acidentes e evitar que o crescimento desse modal continue sobrecarregando o Samu e toda a rede pública de saúde da Região Metropolitana do Recife.

Pernambucanos passam a integrar grupo de votantes do Oscar e reforçam presença do Estado no cinema mundial

Foto Divulgação



Pernambuco ampliou sua representatividade na maior premiação do cinema mundial. A Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, responsável pela organização do Oscar, anunciou a lista de novos profissionais convidados para integrar seu quadro de membros, habilitados a participar das votações da premiação. Entre os mais de 500 novos convidados estão profissionais pernambucanos que ganharam destaque internacional pelo trabalho desenvolvido no longa "O Agente Secreto", dirigido por Kleber Mendonça Filho.

Entre os pernambucanos convidados estão a figurinista Rita Azevedo, os montadores Matheus Farias e Eduardo Serrano. Também receberam convites profissionais ligados à produção do filme, como o diretor de arte Thales Junqueira, radicado em Pernambuco, e o diretor de elenco Gabriel Domingues, reforçando a presença do Estado na indústria cinematográfica internacional.

O convite da Academia é considerado um dos maiores reconhecimentos da indústria audiovisual. Os integrantes passam a fazer parte do grupo responsável por escolher os vencedores do Oscar em diversas categorias, ao lado de milhares de profissionais do cinema de todo o mundo. A entrada, no entanto, depende da aceitação formal do convite por cada profissional.

A presença dos pernambucanos na lista deste ano é reflexo da repercussão internacional alcançada por "O Agente Secreto", produção que levou o cinema brasileiro a um dos momentos de maior visibilidade dos últimos anos. O longa reuniu profissionais de diversas áreas técnicas, muitos deles formados e atuantes em Pernambuco, consolidando o Estado como um dos principais polos de produção audiovisual do país.

Além dos novos convidados, o Brasil já possui uma presença consolidada entre os votantes da Academia. Nomes como Wagner Moura, Fernanda Montenegro, Fernanda Torres, Rodrigo Santoro, Sônia Braga, Selton Mello, Walter Salles, Kleber Mendonça Filho, Petra Costa e Carlos Saldanha já integram o quadro de membros e participam da escolha dos vencedores do Oscar.

Neste ano, a Academia convidou 529 profissionais de diferentes países para integrar a instituição. Segundo a entidade, mais da metade dos novos membros vive fora dos Estados Unidos, reforçando a política de internacionalização e diversidade adotada nos últimos anos. Caso todos aceitem o convite, o número de integrantes aptos a votar no Oscar ultrapassará 10 mil profissionais da indústria cinematográfica mundial.

O reconhecimento aos profissionais pernambucanos fortalece ainda mais o protagonismo do Estado no cinema nacional e internacional, resultado de uma trajetória marcada por produções premiadas, cineastas reconhecidos mundialmente e uma cadeia audiovisual cada vez mais consolidada.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Fenearte 2026 amplia programação com oficinas gratuitas, experiências culturais e expectativa de mais de 300 mil visitantes

A 26ª edição da Fenearte (Feira Nacional de Negócios do Artesanato), considerada a maior feira de artesanato da América Latina, reforça em 2026 o papel de formação, geração de renda e valorização dos saberes tradicionais com a oferta de oficinas gratuitas de técnicas e práticas criativas e sustentáveis. A programação faz parte das ações que integram o evento, que será realizado entre os dias 8 e 19 de julho, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda.

As oficinas integram um conjunto mais amplo de atividades que transformam a Fenearte em um grande polo de economia criativa. Além da comercialização de produtos artesanais, o evento reúne espaços de capacitação, desfiles de moda, apresentações culturais, áreas gastronômicas e ambientes voltados à inovação no artesanato.

O foco das oficinas é transmitir técnicas tradicionais e contemporâneas, com temas que vão desde o trabalho com barro, xilogravura, bordado e renda até práticas sustentáveis, como reaproveitamento de materiais e produção de peças com resíduos. A proposta é estimular não apenas a preservação de saberes culturais, mas também a geração de novas oportunidades de renda para artesãos e participantes.

Nesta edição, o evento também reforça o conceito de sustentabilidade e economia criativa como eixo central da programação. Entre os espaços temáticos previstos estão a Galeria de Reciclados, o Espaço Fenearte Sustentável e o Espaço Sebrae de Artesanato, que dialogam diretamente com a proposta de inovação no setor.

A estrutura da feira mantém um dos maiores pavilhões de artesanato do país, reunindo milhares de expositores do Brasil e do exterior. A expectativa é de forte movimentação econômica durante os 12 dias de evento, com impacto direto no turismo, na rede hoteleira, no comércio e nos serviços da Região Metropolitana do Recife.

Além das oficinas, o público também terá acesso a salões de arte popular, espaços de design, área infantil, praça de alimentação e programação cultural com apresentações artísticas ao longo de todo o período da feira.

Outro destaque da Fenearte é o estímulo ao empreendedorismo criativo. Muitos artesãos utilizam o evento como principal vitrine de negócios do ano, ampliando vendas, fechando parcerias e fortalecendo a cadeia produtiva do artesanato pernambucano e nacional.

Foto Divulgação

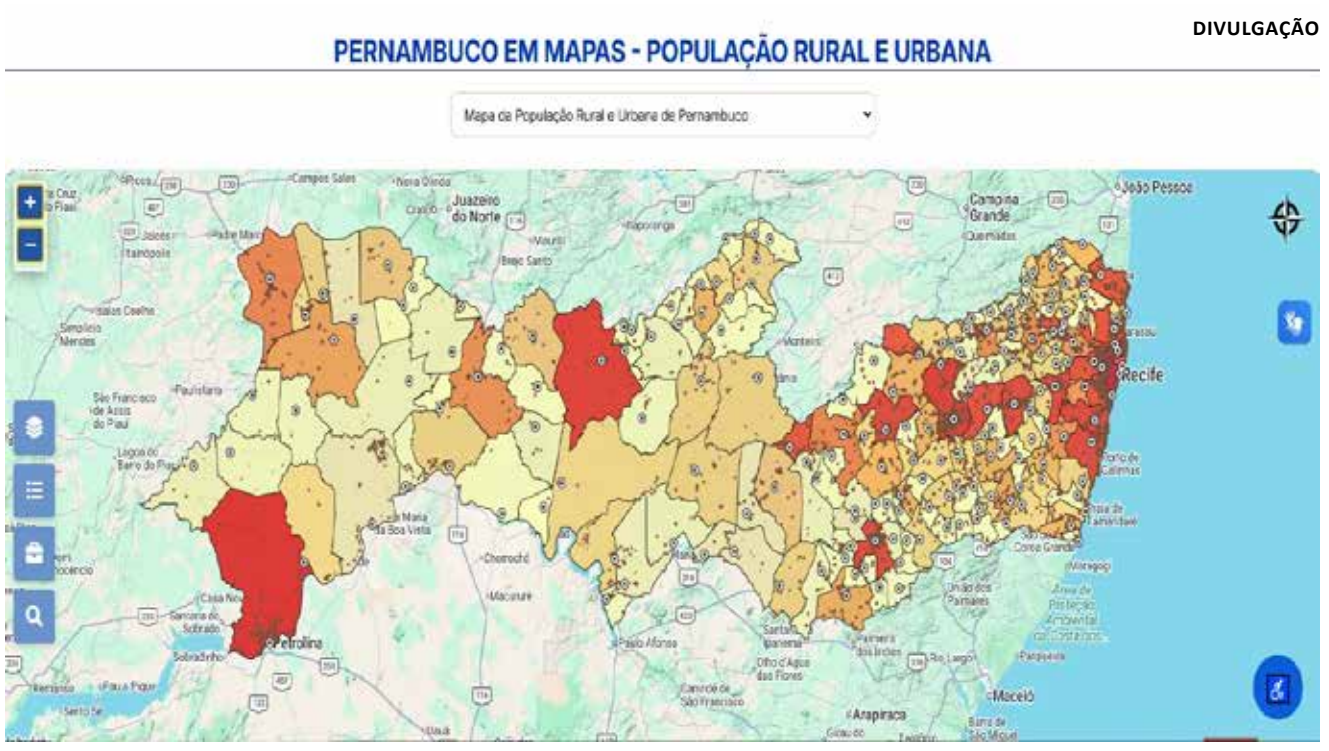


Com essa estrutura ampliada, a Fenearte 2026 se consolida não apenas como um evento de exposição e venda, mas como um ambiente de formação, troca de experiências e fortalecimento da economia criativa, reafirmando Pernambuco como um dos principais polos do artesanato na América Latina.

Nova publicação do Pernambuco em Mapas detalha a disposição da população urbana e rural do estado por domicílios

Com base nos dados do IBGE, segundo mapa da nova plataforma reúne números demográficos dos 184 municípios de Pernambuco

DIVULGAÇÃO



A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) lançou a segunda edição da recém-criada plataforma 'Pernambuco em Mapas', que compila um conteúdo cartográfico, demográfico e comparativo de todo o estado em diferentes temáticas. A nova publicação, já disponível no site da Condepe/Fidem, detalha os números da população urbana e rural com base nos domicílios de todos os 184 municípios e do Arquipélago de Fernando de Noronha.

Baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o novo foco da plataforma apresenta, logo na página inicial da ferramenta, um mapa interativo com os limites de todos os municípios pernambucanos. No canto esquerdo, o usuário conta com o auxílio de filtros e instrumentos que, em diferentes combinações, ajudam a melhor direcionar a pesquisa e a visualização dos dados. Em poucos cliques, é possível ativar e desativar a visualização de cada uma das sedes municipais e as demarcações dos perímetros urbanos, usar a barra de busca precisa (que leva direto para o município pesquisado) e escolher os tipos de camada visual (Google Terrain, Google Hybrid e Esri Standard).

O grande destaque na nova edição é a subdivisão dos eixos da população urbana e rural, que podem ser visualizados separadamente com base nos filtros elencados pelo usuário. No pilar da população urbana, o mapa apresenta seis categorias de acordo com a quantidade de domicílios em cada município: 0 a 5.000; 5.001 a 10.000; 10.001 a 15.000; 15.001 a 20.000; 20.001 a 30.000 e 547.461 para a população urbana e 0 a 1000; 1001 a 3000; 3001 a 5000; 5001 a 7000; 7001 a 10000; 10001 a 15000; 15001 a 34.213 e 37.314 para a população rural. Cada divisão é representada por uma cor, sendo o tom mais escuro usado para se referir aos locais com maior quantidade de determinado tipo de domicílio.

"Ao reunir essas informações em uma plataforma interativa, o Pernambuco em Mapas possibilita explorar os dados diretamente no território, permitindo uma leitura mais visual e acessível das características demográficas do estado. A publicação reforça a importância de compreender como a população se distribui entre cidades e áreas rurais, contribuindo para análises e estudos sobre a dinâmica territorial de Pernambuco", ressalta a geógrafa Eduarda Godoi, integrante da Diretoria de Estudos, Pesquisas e Estatística (DEPE), setor responsável pela plataforma.

Além do mapa, a página disponibiliza um texto informativo aprofundado que, acompanhado de tabelas e gráficos comparativos, ajuda a elucidar a dinâmica demográfica pernambucana atual e desde a divulgação do último censo. Para facilitar ainda mais a pesquisa, ainda é possível baixar todo o conteúdo da ferramenta, como o mapa, informações textuais, tabelas e gráficos.

Para conferir a nova publicação, acesse o site da Condepe/Fidem e, na aba 'Estudos e Estatísticas', selecione 'Estudos Territoriais'. Também pode ser acessada diretamente por aqui.

POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM PERNAMBUCO

Segundo o Censo Demográfico de 2022, Pernambuco possui 9.058.931 habitantes, número que representa um aumento 2,98% em relação aos 8.796.448 pernambucanos divulgados pelo Censo de 2010. O IBGE calcula os dados populacionais segundo a localização do domicílio em áreas urbanas e rurais, por isso o mapa desta edição traz dados acerca dos imóveis, não da população em si.

Os números apontam para uma população majoritariamente urbana em Pernambuco, consolidando o estado como o mais urbanizado do Nordeste, já que 83,8% dos pernambucanos residem em áreas urbanas. No âmbito municipal, as maiores taxas de urbanização se concentram na faixa litorânea do estado, em especial da Região Metropolitana do Recife (RMR). Camaragibe, Olinda e a capital Recife apresentam uma dinâmica extremamente concentrada: 100% dos seus habitantes vivem em regiões urbanas. No mesmo rumo, Paulista (99,95%), Jaboatão dos Guararapes (99,28%), Itapissuma (98,58%), Toritama (98,11%), Abreu e Lima (97,80%) e Santa Cruz do Capibaribe (97,45%) também possuem uma quase unanimidade na distribuição populacional local.

Por outro lado, grande parte dos municípios do Sertão e Agreste ainda possuem uma predominância no quesito população rural. Carnaubeira da Penha (83,03%), Casinhas (82,45%), Paranatama (79,20%), Manari (76,95%) e Vertente do Lério (74,23%) contam com os maiores percentuais de população rural no estado, enquanto Caetés (20.058), Manari (18.286), Afrânio (12.655), Casinhas (10.691), Carnaubeira da Penha (10.162) e Santa Maria do Cambucá (10.063) possuem os maiores contingentes populacionais em área rural em valores absolutos.

Reprovação no ensino médio cai 62% entre 2022 e 2025, aponta MEC

DIVULGAÇÃO



Os indicadores da segunda etapa do Censo Escolar 2025, divulgada nesta sexta-feira, apontam uma trajetória de melhoria no ensino médio público no país.

Entre 2022 e 2025, a reprovação caiu 62%, o abandono escolar diminuiu 61% e a distorção idade-série, indicador que mede o atraso escolar, reduziu 28%.

Para o ministro da Educação, Leonardo Barchini, os resultados demonstram que os estudantes estão conseguindo permanecer na escola, avançar de série e concluir os estudos no tempo adequado, graças a uma série de políticas públicas, em especial, o Programa Pé-de-Meia.

"O aumento das matrículas em tempo integral é importante. O aumento do financiamento da educação é importante. A retomada dos programas do MEC, dinheiro direto na escola, a melhoria da alimentação escolar, do do recurso para alimentação escolar, pro transporte escolar, tudo isso contribui eh para um conjunto de melhorias que nós vislumbramos nos últimos 4 anos. Mas eu pu- poderia dizer que o Pé-de-Meia é o carro-chefe dessa política toda de melhoria que foi implementada desde 2023."

Instituído em 2024, o Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional destinado a estudantes de baixa renda com inscrição ativa no Cadastro Único de Programas Sociais.

Segundo o MEC, a poupança do ensino médio já beneficiou mais de 7 milhões de estudantes e tem contribuído para melhorar a frequência escolar, reduzir a evasão e ampliar as taxas de aprovação no ensino médio.

O ministro Leonardo Barchini destacou ainda que, pela primeira vez, os três principais indicadores do levantamento melhoraram ao mesmo tempo.

"Nessa revolução que a gente fez nas últimas décadas de botar todo mundo para dentro da escola, a gente não tinha visto que esses fatores concomitantemente melhoraram uh no país, porque você coloca muita gente para dentro, o rendimento diminui, porque é muita gente vulnerável entrando no sistema, ou às vezes o abandono aumenta, enfim. Esses três fatores correlacionados e diminuindo, melhorando ao mesmo tempo é algo inédito que a gente reputa, obviamente, a a capacidade de incidência do Pé-de-Meia na vida estudantil desses jovens brasileiros."

A nova etapa do Censo Escolar 2025 mostrou ainda que, nos últimos três anos, a taxa de aprovação de estudantes do ensino médio subiu 11% no país.

Outro destaque foi a expansão da educação em tempo integral, que alcançou a meta do Plano Nacional de Educação, que previa um em cada quatro estudantes matriculados na modalidade.

O percentual de matrículas em tempo integral passou de 15% em 2021 para 25,8% in 2025, alcançando 8 milhões e 800 mil estudantes da rede pública.

Pré-candidatos que apresentam programas de rádio e TV devem deixar funções até 30 de junho

Os comunicadores que pretendem disputar as eleições de 2026 e são pré-candidatos têm até o próximo 30 de junho para se afastar da apresentação ou dos comentários em programas de rádio e televisão. A determinação faz parte do calendário eleitoral definido pela Justiça Eleitoral e busca garantir igualdade de condições entre todos os concorrentes no pleito.

A regra está prevista na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e estabelece que, a partir dessa data, emissoras de rádio e TV ficam proibidas de transmitir programas apresentados ou comentados por pré-candidatos. O objetivo é impedir que possíveis candidatos obtenham vantagem eleitoral por meio da exposição frequente nos meios de comunicação antes do início oficial da campanha.

O descumprimento da norma pode trazer consequências tanto para o pré-candidato quanto para a emissora. Entre as penalidades previstas estão aplicação de multa e, em determinados casos, até o cancelamento do registro da candidatura da pessoa beneficiada, caso ela seja escolhida em convenção partidária.

A vedação, no entanto, não impede que pré-candidatos participem de entrevistas, debates ou programas jornalísticos. A legislação permite esse tipo de participação, desde que haja tratamento isonômico entre todos os possíveis candidatos e que não exista pedido explícito de voto ou propaganda eleitoral antecipada.



Em Pernambuco, a regra pode provocar mudanças na programação de emissoras de rádio e televisão, já que diversos comunicadores são cotados para disputar cargos nas eleições deste ano. Com a proximidade do prazo, as empresas de comunicação já começam a reorganizar suas grades para atender às exigências da legislação eleitoral.

Após o afastamento dos comunicadores pré-candidatos, o calendário eleitoral seguirá com outras datas importantes, como as convenções partidárias, o registro das candidaturas e o início da propaganda eleitoral, marcando oficialmente o início da disputa pelas eleições gerais de 2026.

João Campos sai da Prefeitura, mas deixa a conta para o Recife: Victor Marques mantém legado de gastos milionários com eventos

FOTO: YACY RIBEIRO/SECOM



O Governo de Pernambuco, vai decretar expediente reduzido na próxima segunda-feira (29) para as repartições públicas e entidades da administração direta e indireta do Estado. A medida foi adotada em razão da partida da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA 2026, que acontecerá às 14h. De acordo com a determinação, os servidores estaduais serão liberados a partir das 12h.

As exceções são para os serviços considerados indispensáveis, cujo funcionamento ficará a critério dos respectivos gestores. A medida será publicada no Diário Oficial do Estado desta sexta-feira (26)

Coren interdita atuação de enfermeiros em duas unidades de saúde e expõe crise na gestão de Mirella Almeida em Olinda

DIVULGAÇÃO



A crise na saúde pública de Olinda ganhou contornos ainda mais graves após o Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco (Coren-PE) determinar a interdição ética da atuação dos profissionais de enfermagem em duas Unidades de Saúde da Família (USFs) do município: Base Rural, em Ouro Preto, e Tabajara II. A decisão foi tomada após fiscalizações identificarem uma série de irregularidades que comprometem a segurança dos trabalhadores e da população.

Segundo o Coren-PE, foram constatados problemas como infiltrações, mofo, esgoto a céu aberto, falta de medicamentos e insumos básicos, déficit de profissionais, sobrecarga das equipes, ausência de acessibilidade e armazenamento inadequado de vacinas.

A presidente do Coren-PE, Ludmila Outtes, foi enfática ao justificar a medida:

"A interdição ética é uma medida extrema, adotada apenas quando há risco à segurança da assistência e à integridade dos profissionais. Nosso compromisso é proteger a população e garantir condições dignas para o exercício da enfermagem."

O conselheiro João Paulo Alves, que participou da fiscalização, também criticou a situação encontrada nas unidades.

"Encontramos ambientes sem condições mínimas de funcionamento. A enfermagem não pode exercer seu trabalho em locais que colocam em risco tanto os profissionais quanto os usuários do sistema de saúde."

De acordo com o Conselho, a Prefeitura de Olinda já havia sido notificada diversas vezes para corrigir as irregularidades, mas as medidas adotadas foram insuficientes, levando à interdição ética.

Para o advogado Antônio Campos, líder do Movimento Resiste Olinda, a decisão do Coren representa uma condenação pública da atual gestão municipal.

"O que o Coren fez foi oficializar aquilo que a população de Olinda sente diariamente nas filas dos postos de saúde: o abandono da rede municipal. A gestão da prefeita Mirella Almeida fracassou na missão mais básica de qualquer governo, que é cuidar das pessoas."

Antônio Campos afirma que a situação evidencia falta de planejamento e prioridade da administração municipal.

"É inadmissível que profissionais sejam impedidos de trabalhar porque a Prefeitura não consegue oferecer estrutura mínima. Isso demonstra incompetência administrativa e absoluta falta de compromisso com a saúde pública. Enquanto a propaganda vende uma cidade organizada, a realidade mostra postos deteriorados, falta de medicamentos e servidores trabalhando em condições indignas."

O líder do Movimento Resiste Olinda também responsabilizou diretamente a prefeita pela situação.

"A responsabilidade é da prefeita Mirella Almeida. Não se trata de um problema herdado ou isolado. O Coren notificou a Prefeitura, apontou as irregularidades e, mesmo assim, a gestão não resolveu os problemas. Quando um órgão técnico precisa interditar unidades de saúde, é porque a administração falhou gravemente."

Segundo Antônio Campos, o episódio reforça a necessidade de mudanças profundas na administração municipal.

"Olinda não pode continuar sendo governada por uma gestão que trata a saúde com tamanho descaso. A população merece respeito, investimento e eficiência. O que estamos vendo é uma sucessão de crises que penaliza justamente quem mais depende do SUS."»

O BRB É O PRÓXIMO?



O sistema financeiro brasileiro parece viver uma sucessão de crises anunciadas. Depois das investigações envolvendo o Banco Digimais, que levantaram suspeitas sobre práticas contábeis e fragilidades de governança, os holofotes agora se voltam para o Banco de Brasília (BRB). A pergunta que surge é inevitável: o BRB é o próximo grande problema bancário do país?

Os fatos recentes são preocupantes. O banco já estava sob intensa pressão em razão de sua exposição ao colapso do Banco Master, operação que gerou prejuízos bilionários e colocou em xeque decisões estratégicas tomadas nos últimos anos. Agora, documentos oficiais revelam um cenário ainda mais grave.

Parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, baseado em análise da própria Secretaria de Economia, concluiu que o Governo do Distrito Federal não possuía condições fiscais nem legais para contratar um empréstimo de R$ 6,6 bilhões destinado a socorrer o BRB. O documento afirma que o DF perdeu a capacidade de pagamento exigida pelo Tesouro Nacional e enfrenta restrições fiscais severas que impediriam a operação de crédito.

Mesmo diante desse diagnóstico, o governo buscou uma solução extraordinária por meio de acordo envolvendo o Supremo Tribunal Federal e a União. Na prática, criou-se uma engenharia financeira para viabilizar recursos destinados a absorver os impactos decorrentes das operações ligadas ao Banco Master.

A questão central é simples: por que a população do Distrito Federal deve assumir uma conta bilionária decorrente de decisões tomadas na gestão de um banco estatal?

O mais preocupante é que o próprio governo admitiu não possuir capacidade financeira para suportar a operação. Ainda assim, avançou na busca por mecanismos que transferem os riscos para o contribuinte. Recursos que poderiam ser destinados à saúde, educação, segurança e infraestrutura poderão ficar comprometidos durante anos para sustentar uma operação de resgate bancário.

O caso ganha contornos ainda mais delicados quando se observa que, para viabilizar a solução, foram oferecidas garantias envolvendo receitas futuras do Distrito Federal. Além disso, compromissos de contenção fiscal, congelamento de despesas e restrições orçamentárias passaram a fazer parte da equação.

A situação lembra uma velha máxima do mercado financeiro: os lucros são privados, mas os prejuízos acabam socializados.

Não se trata de condenar previamente gestores ou instituições. Investigações devem seguir seu curso e responsabilidades somente podem ser definidas após o devido processo legal. Contudo, os fatos já conhecidos são suficientes para provocar um debate profundo sobre governança, transparência e responsabilidade na administração de bancos públicos.

O BRB nasceu para cumprir uma função estratégica de desenvolvimento regional e apoio à economia do Distrito Federal. Nos últimos anos, porém, embarcou em uma trajetória de expansão agressiva, assumindo riscos incompatíveis com a prudência que se espera de uma instituição controlada pelo poder público.

O episódio do Banco Master representa um divisor de águas. Se um banco estatal precisa mobilizar bilhões em operações extraordinárias para absorver prejuízos decorrentes de suas escolhas estratégicas, é legítimo questionar se houve falhas graves de gestão e controle.

Depois do Digimais, o BRB tornou-se a bola da vez. E não apenas pelas investigações ou pelas cifras envolvidas, mas porque o caso expõe uma questão maior: até que ponto os contribuintes devem ser chamados a pagar pelos erros do sistema financeiro?

A credibilidade de um banco é construída ao longo de décadas e pode ser perdida em poucos meses. O que está em jogo não é apenas o futuro do BRB, mas a confiança dos brasileiros nas instituições responsáveis pela estabilidade financeira do país.

Quando um governo admite que não tem condições de contratar um empréstimo, mas mesmo assim busca caminhos para salvar um banco, o debate deixa de ser apenas financeiro. Passa a ser uma questão de interesse público.

E é justamente por isso que o BRB se tornou o principal teste de governança e responsabilidade fiscal do Brasil em 2026.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

O DIABO VESTE BETS.

O diabo veste Bets. Não é uma ofensa, há base científica.

Existem mais de 12 milhões de jogadores ativos no Brasil. As Bets estão empobrecendo e adoecendo os brasileiros. O impacto na economia, na saúde mental, no SUS e nos lares já é sentido diariamente, tendo direta e indiretamente a União que custear esses danos. A lei do Jogo Responsável é uma ilusão legal, necessitando de uma maior aplicação, por parte do órgão fiscalizador, subordinado a União. Esse problema de saúde publica e econômico precisa ser enfrentado urgentemente pelos órgãos responsáveis e pela sociedade. Entidades científicas e de credibilidade tem feito estudos que o jogo de BETs no Brasil atingiu um patamar extremamente preocupante, passando a ser um problema de saúde pública e que atinge a economia e o erário público. O Brasil vive atualmente uma das maiores transformações de seu mercado de entretenimento e apostas. Em poucos anos, as chamadas "bets", ‘’tigrinhos’’ passaram de fenômeno marginal para uma presença constante na vida nacional. Estão nas camisas dos clubes de futebol, nos estádios, nas transmissões esportivas, nas redes sociais, nos programas de televisão e nos celulares de milhões de brasileiros. A questão central, entretanto, não é a legalidade da atividade. O Congresso Nacional autorizou as apostas de quota fixa e a União Federal regulamentou o setor por meio da Lei nº 14.790/2023 e das normas da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. O problema reside em outro ponto: a velocidade de expansão do mercado parece muito superior à velocidade da proteção dos consumidores. A proporcionalidade e o princípio da precaução de danos, que tem ocorrido e crescido de forma alarmante. A publicidade das apostas tornou-se onipresente. A promessa de ganhos rápidos, aliada ao fácil acesso por aplicativos e meios digitais, cria um ambiente de estímulo permanente ao jogo. Nesse contexto, cresce também um fenômeno cada vez mais preocupante: a ludopatia. Reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, a ludopatia consiste em transtorno comportamental caracterizado pela perda do controle sobre o impulso de apostar. Seus efeitos podem ser devastadores. Superendividamento, destruição de patrimônios familiares, depressão, ansiedade e suicídios são apontados por estudos médicos como consequências do vício em jogos. Não se trata de questão moral ou religiosa. Trata-se de saúde pública. A Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Determina igualmente a proteção do consumidor, da dignidade da pessoa humana e dos grupos vulneráveis. Quando uma atividade econômica possui potencial de causar danos relevantes à coletividade, o Estado não pode limitar sua atuação à arrecadação ou à simples autorização de funcionamento, deve intervir. A responsabilidade estatal inclui fiscalizar, advertir, informar e prevenir. A própria legislação das apostas reconhece a necessidade do chamado "jogo responsável". Todavia, ainda se observa insuficiência de campanhas públicas de conscientização, ausência de advertências ostensivas semelhantes às existentes em produtos potencialmente nocivos e reduzida discussão pública sobre os impactos psicológicos e sociais das apostas online. Há fiscalização insuficiente. Outro aspecto relevante é a proteção das crianças e adolescentes. Embora a participação de menores seja proibida, a publicidade das bets invade diariamente transmissões esportivas, plataformas digitais e redes sociais frequentadas por milhões de jovens brasileiros. A normalização cultural das apostas merece reflexão séria por parte da sociedade e das autoridades reguladoras. A obra genial "O Jogador", de Fiódor Dostoiévski, escrita no século XIX, continua surpreendentemente atual. O autor descreve a lenta submissão do indivíduo ao fascínio do jogo e à ilusão do ganho fácil. Mais de cento e cinquenta anos depois, a tecnologia mudou, mas a fragilidade humana permanece a mesma. À medida que acontece uma Copa do Mundo de Futebol, cresce também o investimento publicitário das plataformas de apostas e aumentam os jogos. O que muitos já chamam de "Copa das Bets" exige atenção especial e urgente dos órgãos reguladores. Defender uma fiscalização mais rigorosa não significa defender a proibição das apostas. Significa reconhecer que liberdade econômica e responsabilidade social devem caminhar juntas, devendo haver proporcionalidade. A grande questão jurídica do momento não é saber se as apostas podem existir. Elas já existem. A questão é saber se o Estado brasileiro está cumprindo integralmente seu dever constitucional de proteger a saúde pública, os consumidores e os grupos mais vulneráveis diante de uma atividade que movimenta bilhões de reais e influencia milhões de pessoas diariamente. Não está. Esse é o debate que o país precisa enfrentar, urgentemente, antes que os custos sociais da omissão se tornem gigantescos. Entrei com ação popular na Justiça Federal solicitando várias providências por parte da União, ante o agravamento do período da Copa do Mundo, inclusive equiparação, por analogia e aplicação da teoria dos princípios, da legislação antifumo a publicidade de cigarros. Estamos criando a Associação de Apoio ao Apost0ador, no sentido de orientar, acolher, conscientizar e eventualmente assessorar juridicamente. O jogo abusivo, sem os cuidados devidos, não pode acabar com várias famílias brasileiras, destruindo vidas.



Vitória de Santo Antão, 400 anos: história, literatura, tradição e futuro

Quatro séculos de uma cidade protagonista

Celebrar os 400 anos de Vitória de Santo Antão é celebrar uma das cidades mais importantes da história de Pernambuco. Berço de tradições, protagonista em diversos momentos da formação econômica e política do Estado, Vitória consolidou-se como um dos grandes polos da Zona da Mata, unindo memória, cultura, empreendedorismo e desenvolvimento. Sua trajetória confunde-se com a própria história pernambucana. Da economia dos engenhos ao dinamismo industrial contemporâneo, a cidade soube preservar sua identidade enquanto acompanhava as transformações do Brasil.

Terra de Osman Lins: uma cidade que deu ao Brasil um grande escritor Vitória de Santo Antão orgulha-se de ser a terra natal de Osman Lins, um dos maiores nomes da literatura brasileira do século XX. Sua obra rompeu fronteiras e conquistou reconhecimento internacional pela sofisticação narrativa e pela inovação estética. Livros como Nove, Novena, Avalovara e A Rainha dos Cárceres da Grécia figuram entre os grandes clássicos da literatura contemporânea brasileira. Osman Lins elevou a literatura pernambucana ao cenário universal, demonstrando que uma cidade do interior pode produzir um escritor de dimensão mundial. Seu legado permanece vivo nas universidades, nos estudos literários e na inspiração que oferece às novas gerações de escritores.

Maximiano Campos, a Fazenda Três Marias e uma memória afetiva Vitória de Santo Antão também integra a história da literatura pernambucana por outro caminho. O escritor Maximiano Campos e Ana Arraes viveram durante um período na Fazenda Três Marias, localizada no município. Foi nesse ambiente que seus filhos, Eduardo Campos e Antônio Campos, passaram parte da infância. Cercados pela natureza, pela vida rural e pelo universo das histórias contadas pelo pai, construíram memórias que marcaram suas trajetórias pessoais. A presença de Maximiano Campos reforça a vocação cultural da cidade, que se tornou espaço de criação, convivência e inspiração para uma das famílias mais ligadas à vida intelectual e política de Pernambuco.

A TERRA DA PITÚ E DA TRADIÇÃO DA CACHAÇA

Poucos produtos representam tão bem Pernambuco quanto a Pitú, cujo nome virou sinônimo de aguardente. Produzida em Vitória de Santo Antão, a marca tornou-se um verdadeiro patrimônio empresarial do Estado e uma das cachaças mais conhecidas do Brasil. Sua história acompanha o crescimento da cidade, gerando empregos, impulsionando a economia regional e levando o nome de Vitória para mercados nacionais e internacionais. A tradição canavieira, presente desde os primórdios do município,

DIVULGAÇÃO



encontrou na Pitú um símbolo de excelência, empreendedorismo e identidade pernambucana.

O Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão: guardião da memória Ao celebrar os seus 400 anos, Vitória de Santo Antão também homenageia as instituições que preservam sua história. Entre elas destaca-se o Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão (IHGVSA), que desempenha um papel fundamental na pesquisa, na preservação documental e na valorização do patrimônio histórico e cultural do município. Por meio de seus estudos, publicações, palestras e iniciativas voltadas à memória da cidade, o Instituto contribui para que as novas gerações conheçam a riqueza da trajetória vitoriense. Mais do que conservar documentos e fatos, o IHGVSA mantém viva a identidade de um povo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a consciência da importância de Vitória de Santo Antão na história de Pernambuco. Nos 400 anos do município, o trabalho do Instituto Histórico e Geográfico merece reconhecimento como um verdadeiro patrimônio da cidade, pois preservar a memória é também construir o futuro.

UMA CIDADE EM PERMANENTE CRESCIMENTO

Nas últimas décadas, Vitória de Santo Antão consolidou-se como um dos municípios que mais crescem em Pernambuco. Sua localização estratégica, próxima ao Recife e integrada aos principais corredores logísticos do Nordeste, favoreceu a instalação de indústrias, centros de distribuição, instituições de ensino superior e novos investimentos. O município tornou-se referência em desenvolvimento econômico, geração de empregos e expansão urbana, preservando ao mesmo tempo sua riqueza histórica e cultural. Essa capacidade de conciliar tradição e modernidade faz de Vitória um exemplo de cidade preparada para os desafios do século XXI.

UM FUTURO À ALTURA DE SUA HISTÓRIA

Os 400 anos de Vitória de Santo Antão não representam apenas uma comemoração do passado. Representam, sobretudo, um convite para pensar o futuro. Uma cidade que deu ao Brasil escritores como Osman Lins, que acolheu Maximiano Campos e fez parte da infância de Eduardo Campos e Antônio Campos, que transformou a Pitú em símbolo nacional e que hoje desponta como um dos polos econômicos mais promissores de Pernambuco demonstra possuir uma extraordinária capacidade de renovação. Que seu quinto século seja marcado por mais desenvolvimento, cultura, inovação e qualidade de vida para sua população. Vitória de Santo Antão chega aos seus 400 anos reafirmando sua condição de patrimônio histórico de Pernambuco e exemplo de que tradição e progresso podem caminhar juntos, construindo um futuro digno da grandeza de sua história.